



ST6 – INOVAÇÃO, GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E DINÂMICAS DE MERCADOS

O CONHECIMENTO DOS ASSOCIADOS ACERCA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM COOPERATIVAS: UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

ASSOCIATES' KNOWLEDGE ABOUT CORPORATE GOVERNANCE IN COOPERATIVES: A STUDY IN A CREDIT COOPERATIVE

Josiele Maria FÃO¹, Felipe Cavalheiro ZALUSKI², Ana Paula da Rosa DEZORDI³,
Diziane Inês de LIMA⁴, Fabiana ZANARDI⁵

Resumo:

Este estudo objetivou identificar o conhecimento dos associados sobre as boas práticas de governança corporativa em cooperativas de crédito, particularmente na Cooperativa Sicredi Alto Uruguai. A aplicação de boas práticas de Governança Corporativa nas cooperativas de crédito tem a finalidade de melhorar o governo estratégico, buscando resultados mais eficazes para o bom desenvolvimento da gestão empresarial. Os principais temas abordados na seção teórica tratam-se da conceituação de governança corporativa, a implantação em cooperativa de crédito, a influência nas cooperativas de crédito, as atribuições e as responsabilidades. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para conceituar o tema e após realizado uma análise do entendimento do quadro de associados da cooperativa na governança corporativa. Os resultados apontam que, foi identificado que grande parcela dos pesquisados possui conhecimento a respeito de como acontece os procedimentos corporativos da instituição. Esse é um dos fatores que contribuem para a confiabilidade dos associados, o conhecimento da instituição e a participação nas assembleias torna associado e colaborador agentes pertencentes a construção do planejamento e crescimento da organização.

Palavras-chave: Governança corporativa. Cooperativas de crédito. Gestão.

Abstract:

This study aimed to identify associates' knowledge of good corporate governance practices in credit unions, especially the Sicredi Alto Uruguay Cooperative. The application of good Corporate Governance practices in credit unions aims to improve strategic governance, seeking more useful results for the good development of business management. The main topics covered in the theoretical section deal with the conception of corporate governance, the implementation in credit unions, the influence on credit unions, as attributions and as uses. Methodologically, a bibliographic research was carried out to conceptualize the theme and after an analysis of the

1 Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ; e-mail: josielefao@gmail.com

2 Doutorando em Administração pela UFSM; e-mail: felipezaluski@hotmail.com

3 Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ; e-mail: annna.darosa@gmail.com

4 Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ; e-mail: dizylim@gmail.com

5 Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ; e-mail: fab.zan@hotmail.com



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

understanding of the cooperative associate's framework in corporate governance. The results pointed out that they were identified as a large portion of respondents, have the knowledge to respect the corporate procedures of the institution. This is one of the factors that contribute to the members, the knowledge of the institution and the participation in the assemblies becomes associate and collaborator of the agents involved in the construction of the organization's planning and growth.

Keywords: Corporate Governance. Credit unions. Management.

INTRODUÇÃO

A governança corporativa tem sido abordada cada vez com mais frequência na atualidade e tem ganho maior relevância no cenário econômico. Analisada como fator de desenvolvimento nas cooperativas de crédito, a governança corporativa vem como ferramenta de fortalecimento dessas instituições. As pesquisas realizadas sobre as questões que envolvem a governança corporativa indicam que, quanto mais elevado o nível de governança, maior a valorização da empresa (ROSSONI, 2013). Salienta-se ainda que, as companhias que estão submetidas às normas mais rígidas de governança corporativa, são menos vulneráveis às oscilações dos mercados em situações de instabilidade.

As cooperativas de crédito têm apresentado participação no cenário socioeconômico brasileiro contribuindo para o desenvolvimento, fomentando o surgimento e crescimento de empresas dos diversos tamanhos e servindo também como fonte alternativa de recursos.

Se comparadas com os bancos comerciais as cooperativas de crédito têm apresentando maiores possibilidades de atender comunidades afastadas dos grandes centros, contribuindo para a redução no nível de pobreza, a geração de emprego e a inclusão social (SILVA et al., 2014). Pode-se dizer que as cooperativas se apresentam eficazes por atuarem na democratização do acesso ao crédito e aos serviços bancários, e para a descentralização de renda de forma autônoma e independente (VILELA; NAGANO; MERLO, 2007).

Diante disso, este estudo tem como objetivo de identificar o conhecimento dos associados sobre as boas práticas de governança corporativa em cooperativa de crédito, particularmente na Cooperativa Sicredi Alto Uruguai, localizada na cidade de Frederico Westphalen/RS. Para atingir esse objetivo proposto, buscou-se identificar os conceitos e normas da governança corporativa, de



OBSERVADR





que forma as estratégias da governança corporativa são planejadas e implantadas, bem como, mensurar o nível de conhecimento dos associados referente governança corporativa na cooperativa de crédito em estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Conceito de Governança Corporativa

O termo “*governance*” surgiu a por meio de considerações e estudos do Banco Mundial. Segundo Diniz (1995, p. 400), “tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente”. O autor fala ainda que “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (DINIZ, 1995, p. 400). Desse modo, pode-se presumir que essa ideologia defende que a capacidade governativa não seria medida apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas incluiria a forma pela qual o governo exerce o seu poder.

Segundo Rosenau (2000, p. 15), existe uma diferença latente entre governo e governança pois “governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências”.

É relevante dizer ainda que a governança é um conceito amplo para conter dentro de si a dimensão governamental. Governança corporativa ou governo das sociedades ou das empresas é o conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como uma empresa é dirigida, administrada ou controlada. O termo inclui também o estudo sobre as relações entre os diversos atores envolvidos e os objetivos pelos quais a empresa se orienta (CARVALHO, 2002).

Segundo Pinto (2008), a Governança corporativa é uma área de estudo com múltiplas abordagens. Uma das principais preocupações é garantir a adesão dos principais atores a códigos de conduta



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

pré-acordados, através de mecanismos que tentam reduzir ou eliminar os conflitos de interesse e as quebras do dever fiduciário. Um problema relacionado, entretanto normalmente tratado em outro fórum de discussão é o impacto da governança corporativa na eficiência econômica.

A governança é a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos e de corpos sociais para elas mesmas se gerirem em um movimento voluntário. Esta capacidade de consciência ou movimento voluntário, de organização as instituições, os corpos sociais, de conceitualização e de adaptação a novas situações é uma característica das sociedades humanas. Onde todos buscam seus direitos e deveres, sempre visando um resultado positivo em seus investimentos (QUELHAS, 2013).

Conforme Andrade e Rossetti (2007), a governança corporativa, os arranjos institucionais que regem as relações entre acionistas e as administrações das empresas deverá se transformar numa preocupação importante no Brasil, na medida em que as mudanças em curso nos seus sistemas de propriedade estatal e familiar aceleram e atraem novos investidores, especialmente estrangeiros. As discussões envolvendo o tema e a evolução de práticas de governança têm sido particularmente intensas durante a última década nos Estados Unidos e no Reino Unido, cujos investidores institucionais estão assumindo um papel crescente no financiamento de empresas no mundo inteiro.

Existem diferentes caminhos pelos quais foi trabalhado o conceito de governança corporativa. Um dos principais difusores desse tema foi a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que a partir da construção de alguns princípios foi capaz de estabelecer alguns pilares fundamentais sobre o tema. São os seguintes: os direitos dos acionistas; o tratamento equitativo dos acionistas; o papel dos terceiros fornecedores de recursos; acesso e transparência da informação e; a responsabilidade da diretoria e do conselho de administração.

A partir desses princípios da OCDE, foi possível ter como ponto de referência para que as empresas e países desenvolvam os seus próprios princípios, e dessa maneira possam atender suas particularidades e necessidades. Atualmente, a evolução de princípios é ampla e envolve outros temas, como os métodos alternativos de solução de conflitos, a responsabilidade social da empresa, as políticas de governo eletrônico e o meio ambiente das empresas, dentre outros.

No Brasil, o conceito mais propagado de governança corporativa é definido pelo Instituto



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Para o instituto, a governança Corporativa trata do sistema que as organizações são direcionadas, monitoradas e incentivadas, envolvendo relações entre proprietários, Conselho de Administração, Conselho de Administração e órgãos de controle. Além disso, compreende as boas práticas de governança corporativa pois essas convertem os princípios em recomendações objetivas, alinhando os interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso aos recursos e contribuindo para sua longevidade. (IBGC, 2009, p. 19).

2.2. Governança Corporativa em Cooperativa de Crédito

A Governança Corporativa é um tema atual e vem sendo relacionada a sua atuação junto às cooperativas de crédito. Para Teixeira et al. (2016), a governança corporativa é um instrumento valioso nas reestruturações que estão vivenciando muitas cooperativas. Por tratar-se de uma abordagem recente na realidade das cooperativas, Teixeira et al. (2016), afirma que um modelo inicial de governança menos amplo, pode ameaçar o princípio cooperativista da gestão democrática, o qual desde o surgimento das cooperativas, carrega em sua essência a identidade dessas organizações.

Segundo Shulze (1987), o cooperado enquanto gestor do empreendimento deve equilibrar os seus papéis de participação política com a participação econômica e esses dois com a capacidade gerencial da cooperativa em realizar suas relações com o mercado. Fama e Jensen (1983) indicam as práticas de governança corporativa que separam a propriedade do controle para as cooperativas, devido às características difusas e complexas dessas organizações.

Segundo Oliveira, Bressan e Bressan (2014) é um desafio as cooperativas de crédito atualmente, criar mecanismos de gestão com geração de informações, que estejam de acordo com sua estrutura administrativa, além de atender às exigências regulatórias do Banco Central do Brasil (BACEN) e estarem alinhados com seus princípios doutrinários. Assim, nota-se como necessário o trabalho que o BACEN iniciou em 2008, objetivando dar suporte as cooperativas de crédito, através da divulgação das diretrizes para boas práticas de governança.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Silva, Leite, Guse e Gollo (2014) destacam ainda que a importância social e econômica das cooperativas de crédito gera a necessidade da avaliação do desempenho econômico financeiro dessas organizações, desempenho esse que é necessário para a sustentabilidade da organização.

A orientação do uso de boas práticas de governança corporativa pode acontecer em diversos setores e tornou-se uma prática usual. Os autores Bachmann, Azevedo e Clemente (2012) que apresentam um estudo sobre a adoção de práticas de governança recomendadas para empresas de capital aberto listadas na B3 e seu impacto quanto a regularidade de pagamento de dividendos. Beiner, Drobetz, Schmid e Zimmermann (2006) destacam que essas recomendações ocorrem em diversos países, com destaque para a Suíça e Alemanha. Diante disso, pode ser observada a amplitude do tema e a sua abrangência em diversos setores.

Borgia (2013) expõem que as cooperativas de crédito enfrentam um problema de mensuração do valor criado pela tomada de decisão estratégica, levando em conta as peculiaridades que os sistemas de regras que direcionam sua governança corporativa. Seu estudo na Índia, expõem ainda que há uma previsão para que nesse país, em 2030, a maioria da população será classificada como urbana, o que gerará um crescimento na importância dos bancos cooperativos urbanos. Sobre a governança corporativa, o autor afirma que ela cotidianamente envolve aspectos que geram um potencial desalinhamento entre a gestão democrática e a lealdade aos interesses macros da organização e os princípios da boa gestão e prudência.

A Lei federal nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências, estabelece para as cooperativas a obrigatoriedade de assembleias gerais anuais, permitida a participação de todos os associados, que têm assegurados direitos iguais nas votações, exceto em alguns casos previstos em Lei. A administração da cooperativa deve ser exercida por um Conselho de Administração (CA) e, ou, Diretoria com mandato de no máximo quatro anos, e com renovação mínima de 1/3 para o CA. O Conselho Fiscal tem mandato de um ano, com renovação mínima de 2/3. Todos esses cargos devem ser ocupados exclusivamente por associados (BRASIL, 1971).

Diante do que é definido pela legislação, Pagnussatt (2004), afirma que esses itens estimulam a participação, enquanto a exigência de renovação mínima inibe o continuísmo, mas exige



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

programas de formação constante para os novos dirigentes. Para que haja uma análise das estruturas de governança das cooperativas de crédito, é necessário observar algumas restrições apresentadas por Ciancanelli e Gonzalez (2000) sobre a governança corporativa no sistema bancário, pois existem várias semelhanças com o modelo de crédito cooperativo. Os autores expõem que por operarem em um mercado fortemente regulado, bancos têm características diversas de outras empresas, de forma que o uso de algumas teorias administrativas implica a utilização de suposições que obscurecem as singularidades dos dilemas de governança que enfrentam. Desse modo, as cooperativas de crédito mesmo sujeitas a intempéries do mercado, precisam enfrentar algumas situações de forma diferente que as empresas privadas.

Deve ser levado em conta que em cooperativas de crédito, os investidores são também clientes. Nesse tipo de organização, muitas vezes o espírito cooperativista vem de encontro com posturas oportunistas do quadro social. Existem os que se associam por acreditar nos ideais cooperativos, mas também há aqueles que seguem uma lógica utilitarista, associando-se pelo menor custo de suas operações ou pela dificuldade que têm em conseguir atender suas necessidades financeiras em outro local (AMESS; HOWCROFT, 2001). Diante disso, a construção da confiança depende do clima criado na cooperativa, em torno de um espírito associativo, mas sua utilização nas estruturas de governança deve considerar as diferentes razões da adesão a seus quadros.

A apropriação da teoria à prática, quando se trata das estruturas de governança para o ambiente das cooperativas de crédito pode implicar em redução de custos, pela economia nos custos de transação e redução da possibilidade de seleção adversa e risco moral, e no estímulo à gestão, ao fortalecer aspectos da participação no controle e monitoramento da gestão (AMESS; HOWCROFT, 2001).

3. METODOLOGIA

Metodologicamente pode-se classificar o estudo como sendo uma pesquisa quantitativa e descritiva (FONSECA, 2002). A unidade de análise e os sujeitos respondentes foram os associados e colaboradores de uma unidade da cooperativa de crédito Sicredi Alto Uruguai, localizada na cidade de Frederico Westphalen no estado do Rio Grande do Sul.



OBSERVADR





O delineamento da coleta de dados foi por meio de técnica de levantamento (*survey*) na busca de dados primários, por meio da aplicação de escala Likert de 5 pontos, com cinquenta e três entrevistados. A análise dos dados foi feita por análise de frequência das informações gerais da cooperativa e análises descritivas das variáveis por meio de gráficos e tabelas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo objetiva identificar o conhecimento dos associados sobre as boas práticas de governança corporativa em cooperativa de crédito, particularmente na Cooperativa Sicredi Alto Uruguai, para isso buscou mensurar o nível de conhecimento dos associados e colaboradores referente governança corporativa na cooperativa de crédito em estudo a partir de um questionário com perguntas fechadas.

O Quadro 1 apresenta dados que ajudam na visualização do perfil dos pesquisados, indicando as características dos mesmos.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

PERFIL DOS PESQUISADOS	
Gênero	Feminino – 32,7%
	Masculino – 67,3%
Faixa etária	20 a 30 anos – 51,9%
	31 a 40 anos – 36,5%
	41 a 50 anos – 5,7%
	Mais de 51 anos – 5,7%
Escolaridade	Ensino fundamental completo – 3,2%
	Ensino médio incompleto – 4,2%
	Ensino médio completo – 15,4%
	Ensino superior incompleto – 13,5%
	Ensino superior completo – 42,2%
	Especialização incompleta – 4,2%
Especialização completa – 17,3%	
Tempo de atuação na cooperativa	Até 1 ano – 10%
	Até 5 anos – 34%
	Até 10 anos – 21%
	Mais de 10 anos – 35%
Identificação	Associado – 55,8%
	Colaborador – 44,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

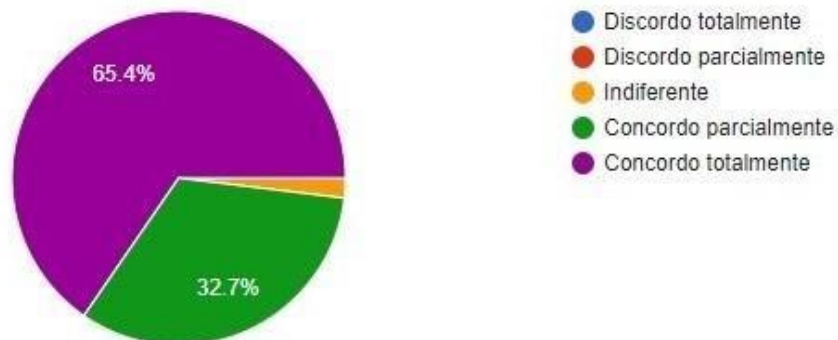


Conforme disposto no Quadro 1, a maioria dos pesquisados, cerca de 67,3% são do gênero masculino, com a faixa etária predominante de 20 a 30 anos, o percentual de 51,9% e seguida da faixa de 31 a 40 anos de 36,5%. A faixa de escolaridade com maior percentual é do Ensino superior completo de 42,2%, seguido de 17,3% que possuem Especialização completa.

Referente ao tempo de atuação como colaborador ou ainda como associado da cooperativa, 35% com mais de 10 anos, seguido de 34% com até 5 anos. Quando solicitado sua identificação, 55,8% são associados, enquanto 44,2% são colaboradores da instituição.

Gráfico 1: Opinião sobre a transparência dos objetivos da cooperativa

Você considera a Cooperativa uma organização transparente na definição de seus objetivos?



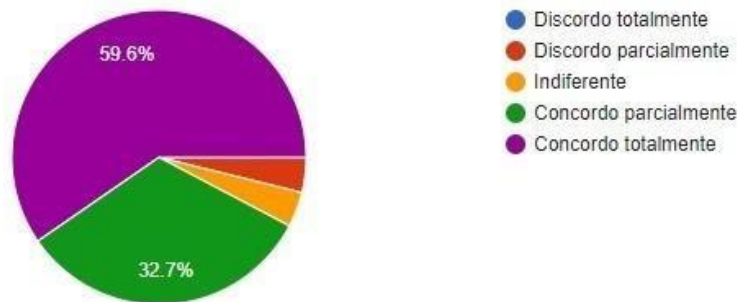
Fonte: dados da pesquisa (2019).

Quando questionados referente a sua opinião sobre se considera a cooperativa de crédito transparente quanto a seus objetivos, 65,4% concorda totalmente e 32,7% concorda parcialmente, o que reflete a confiabilidade que instituição transmite não só a seus colaboradores, mas também aos associados. Esse item mostra que existem colaboradores e associados que trabalham com a cooperativa a mais de 10 anos, o que explica a relação de fidelidade e a durabilidade da relação.



Gráfico 2: Conhecimento sobre elementos da cooperativa

A Cooperativa assegura que os associados conheçam totalmente a situação financeira, o desempenho e as políticas de gestão e negócios da cooperativa?

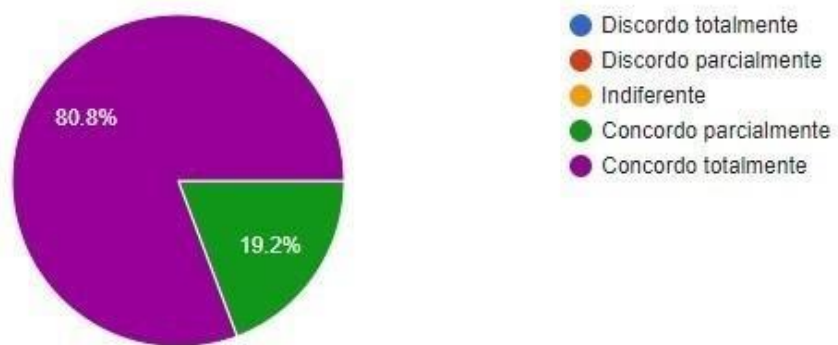


Fonte: dados da pesquisa (2019).

A cooperativa tem dever ético de assegurar que os colaboradores e associados estejam a par de sua situação financeira, desempenho e das políticas de gestão e negócios da instituição. Quando questionados sobre essas ações, 59,6% dos pesquisados concordam totalmente e 32,7% concordam parcialmente, o que deixa claro que esses elementos são cumpridos pela cooperativa.

Gráfico 3: Divulgação Assembleias Gerais

O local, a data e a hora da realização das Assembleias Gerais são divulgadas com antecedência para os associados?



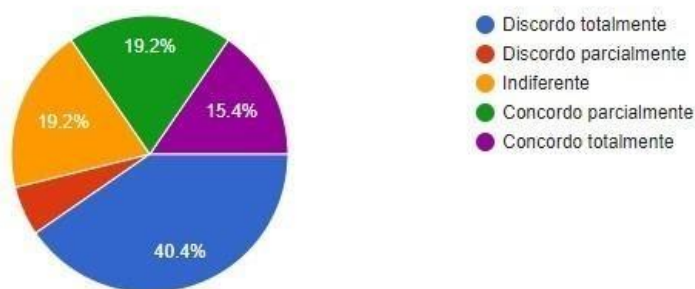
Fonte: dados da pesquisa (2019).



Referente a divulgação de realização das Assembleias Gerais, 80,8% concordam totalmente que as informações como local, data e hora são divulgadas com antecedência para os associados. Essa divulgação com antecedência e por meio de mídias que atinjam os associados, como rádio e jornais locais, garante um planejamento para que esses associados se façam presentes nas assembleias, estando a par das situações da cooperativa e participando das decisões e planejamento. Quando o associado e colaborador fazem parte da tomada de decisões e acontecimentos da organização, cria um sentimento de pertencimento a ela, o que garante a sua fidelização.

Gráfico 4: Decisões que favoreçam indivíduos x coletivo

Você conhece algum caso em que algum gestor tenha tomado alguma decisão para benefício próprio dentro da cooperativa, em detrimento a coletividade?



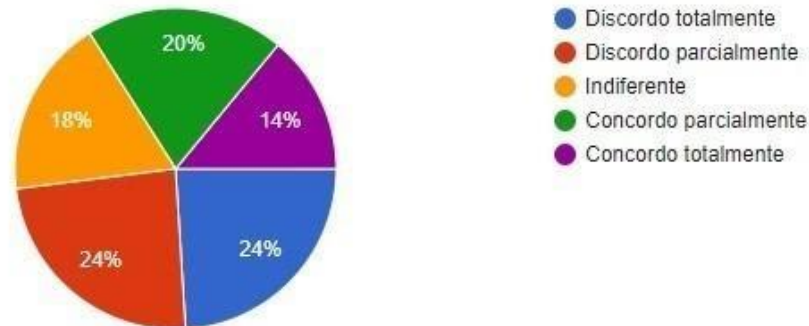
Fonte: dados da pesquisa (2019).

No Gráfico 4, na questão da qual o entrevistado pondera se conhece algum caso em que algum gestor tenha tomado alguma decisão para beneficiar a si mesmo dentro da cooperativa, ao invés da decisão beneficiar a coletividade. Nesse item, 40,4% dos entrevistados discorda totalmente, o que apresenta um indicador de confiança. No entanto, 19,2% dos pesquisados disse-se indiferente a essa situação, o que pode demonstrar desinteresse ou mesmo falta de interação quanto a esse aspecto. O que chama atenção são os percentuais de 19,2% que concordam parcialmente e 15,4% que concordam totalmente com essa afirmação, pois revela que alguns colaboradores ou associados não acreditam que as decisões tomadas pela gestão são integralmente favorecedoras da coletividade. Esse tipo de dúvida destoa com os valores do cooperativismo, que busca sempre trabalhar em prol do coletivo.



Gráfico 5: Indicação dos diretores

Na Cooperativa, é o Presidente que faz a indicação dos diretores e da respectiva remuneração?

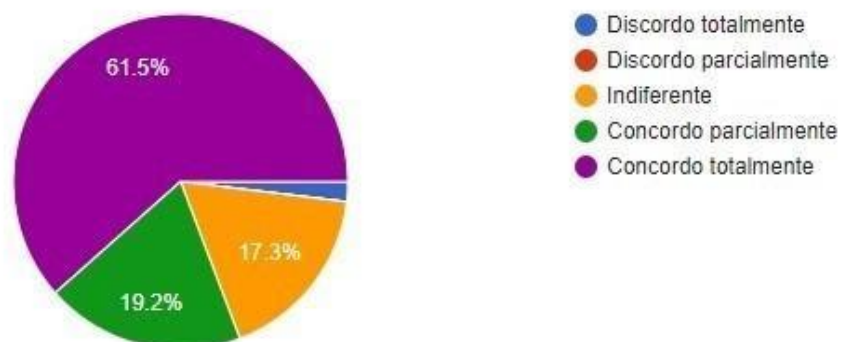


Fonte: dados da pesquisa (2019).

O Gráfico 5 apresenta os resultados referentes a questão que na cooperativa é o presidente que faz a indicação dos diretores e da respectiva remuneração. O que pode ser analisado pela diversidade de respostas é que não há divulgação de como esse item é realizado, pois tanto colaboradores como associados divergem entre as cinco alternativas.

Gráfico 6: Periodicidade de auditorias na instituição

Frequentemente, ocorre a realização de auditoria na Cooperativa?



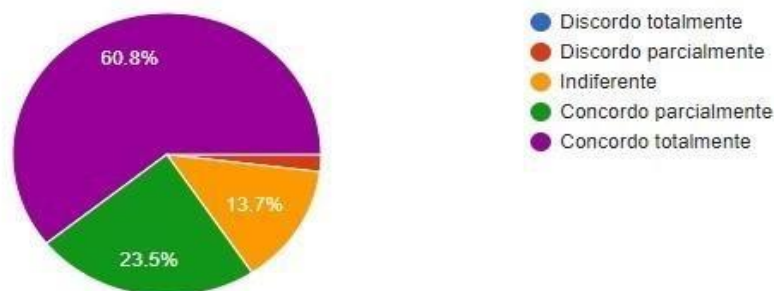
Fonte: dados da pesquisa (2019).



O Gráfico 6 mostra o resultado do questionário a respeito da periodicidade frequente da realização de auditorias na cooperativa, 61,5% concorda totalmente com esse item, 19,2% concordam parcialmente, o que resulta num indicador expressivo de conhecimento dos pesquisados sobre essa ocorrência periódica. O conhecimento de associados e colaboradores quanto a ocorrência de auditorias frequentes inspira segurança e transparência à cooperativa.

Gráfico 7: Conselho fiscal e atos administrativos

O conselho fiscal realiza a fiscalização dos atos dos administradores e opina sobre eles?



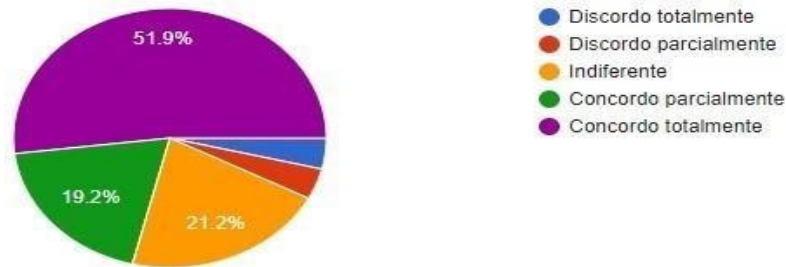
Fonte: dados da pesquisa (2019).

O Gráfico 7 mostra a reação dos pesquisados referente a questão que fala que o conselho fiscal realiza a fiscalização dos atos dos administradores e opina sobre os mesmos, nesse item 60,8% concordam totalmente e 23,5% concordam parcialmente, o que novamente reflete uma realidade onde os pesquisados tem conhecimento do acontecimento dessas ações dentro da organização. Reflete também o entendimento de como funciona a organização e os elementos de seu organograma.



Gráfico 8: Manual de conduta

Existe algum manual de conduta que cite sobre meio ambiente, doações, punições para assédios morais e sexuais, fraudes, etc. que está sendo utilizado na Cooperativa?



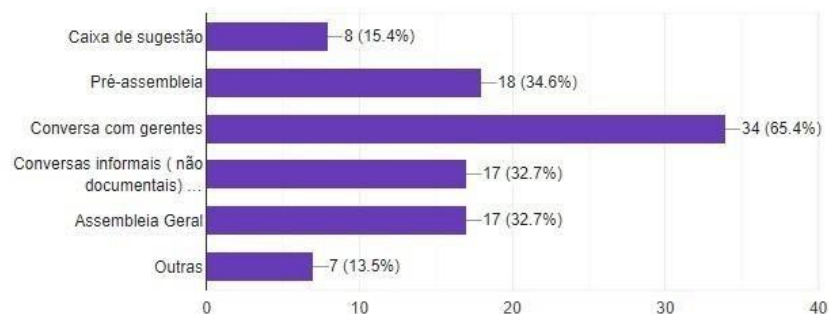
Fonte: dados da pesquisa (2019).

O Gráfico 8 apresenta o questionamento se existe dentro da cooperativa algum manual de conduta que cite sobre itens como meio ambiente, doações, punições para assédios morais e sexuais, fraudes e afins. Nesse item, também se reflete o conhecimento dos pesquisados sobre o assunto, pois 51,9% concordam totalmente, 19,2% concordam parcialmente, sendo assim, pode-se dizer que a consciência dos pesquisados sobre o assunto representa o entendimento quanto aos valores defendidos pela organização.

Gráfico 9: Canais para expressar a opinião

Cite DUAS das opções abaixo, das quais o cooperado se utiliza para expressar sua opinião sobre a cooperativa e sua forma de gestão

52 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2019).

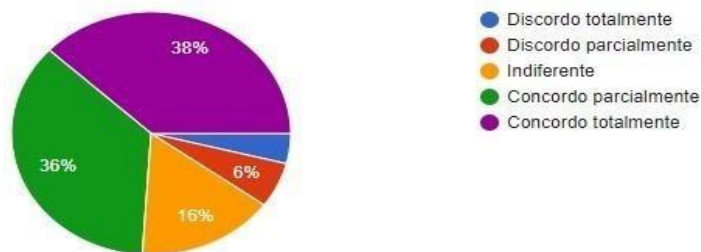
Quando solicitados que dentre as opções apresentadas fossem citadas duas que expressem a



conduta do cooperado quando necessita opinar sobre a cooperativa e sua forma de gestão, os canais mais mencionados foram em primeiro lugar, com 65,4% a conversa com gerentes, em segundo lugar com 34,6% está a pré assembleia, seguida por 32,7% de conversas informais e a mesma porcentagem na Assembleia geral. Pode-se notar diante disso, que o associado e colaborador sente-se mais à vontade ao conversar com o gerente de sua unidade quando algo necessita expressar sua opinião sobre algum elemento da cooperativa. Mais uma vez, essa ação reflete a confiabilidade que o gerente transmite no cotidiano da organização. A representatividade da assembleia e da pré assembleia também tem relevância nesse item, pois os mesmos foram citados como canais importantes na comunicação da instituição.

Gráfico 10: Assembleia Geral

Na Assembleia Geral, a deliberação sobre a prestação de contas é precedida da leitura dos pareceres da auditoria externa e do conselho fiscal?



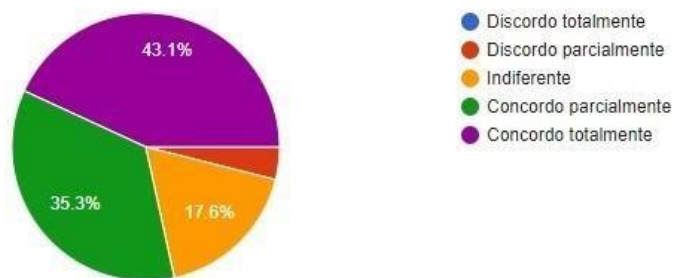
Fonte: dados da pesquisa (2019).

O Gráfico 10 apresenta a percepção dos pesquisados sobre a ocorrência de leitura de pareceres da auditoria externa e do conselho fiscal antes da deliberação da prestação de contas da cooperativa. Nesse item, 38% concordam plenamente que essa ação acontece, 36% concordam parcialmente, o que resulta numa parcela significativa de pesquisados que sabem como funciona o procedimento das ações de prestação de contas durante a assembleia. Essa informação apresenta informações que dão margem a interpretação onde o colaborador e associado conhece os procedimentos que ocorrem nas assembleias.



Gráfico 11: Separação de funções administrativas

Há separação entre os papéis desempenhados pelos administradores com funções estratégicas (Conselho Administrativo ou Diretoria) e por aqueles com funções executivas (diretoria executiva, Superintendência ou Gerência).



Fonte: dados da pesquisa (2019).

No Gráfico 11, é apresentada a percepção dos pesquisados quanto a separação entre os papéis desempenhados pelos administradores com funções estratégicas por aqueles com funções executivas dentro da cooperativa. Nesse item, 43,1% concordam plenamente, 35,3% concordam parcialmente, o que reflete um percentual significativo de entendimento dos pesquisados a respeito da estruturação e separação de funções dentro da organização. Conforme já observado nos outros questionamentos, pode-se perceber que o conhecimento dos pesquisados sobre os procedimentos administrativos são bem visíveis, demonstrando que cada vez mais o associado participa e conhece a instituição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência a adoção de práticas de Governança Corporativa atualmente é uma condição essencial para o desenvolvimento das organizações, com as cooperativas de crédito esse aspecto é cada vez mais relevante. A conscientização torna o tema relevante para a maioria das instituições, independente do ramo que atuam.

Este estudo objetivou identificar o conhecimento dos associados sobre as boas práticas de governança corporativa em cooperativas de crédito, particularmente na Cooperativa Sicredi Alto Uruguai. Dessa forma buscou mensurar o nível de conhecimento dos associados e colaboradores



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

referente governança corporativa na cooperativa de crédito em estudo a partir de um questionário com perguntas fechadas. A partir do questionário aplicado e análise das respostas foi identificado que grande parcela dos pesquisados possui conhecimento a respeito de como acontece os procedimentos corporativos da instituição. Esse é um dos fatores que contribuem para a confiabilidade dos associados, o conhecimento da instituição e a participação nas assembleias torna associado e colaborador agentes pertencentes a construção do planejamento e crescimento da organização.

Foi possível verificar ainda que, em alguns requisitos, a cooperativa pratica o que a teoria propõe, como a divulgação e transparência de suas ações aos associados, o uso dos serviços de auditoria independente, para examinar e assegurar a legitimidade das informações das demonstrações contábeis, bem como a realização de auditorias internas ocorridas com frequência. Pode-se dizer ainda que a cooperativa está norteando suas atividades pelos princípios da governança, que, estão de acordo com os princípios cooperativistas

REFERÊNCIAS

AMESS, Kevin; HOWCROFT, Barry. Corporate governance structures and the comparative advantage of Credit Unions. *Corporate Governance: An International Review*, [S. l.], v. 9, n.1, p. 59-65, Jan. 2001.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BACHMANN, R. K.; AZEVEDO, S. U.; CLEMENTE, A. Regularidade no pagamento de dividendos e governança corporativa: estudo em companhias de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 2, n. 2, p. 68-79, maio/ago. 2012.

BEINER, S., DROBETZ, W., SCHMID, Markus M. e ZIMMERMANN, Heinz, An integrated framework of corporate governance and firm valuation. *European Financial Management*, v. 12, n. 2, p. 249-283, 2006.

BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dez. 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.actionhttp://www.bcb.gov.br/?REVSFN200612n?id=102369>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

BORGIA, M. S. The social report as a tool of ethical governance in cooperative banking. Megatrend revija, v. 68, p. 139, 2006.

Carvalho, A. G.(2002). Governança corporativa no Brasil em perspectiva. Revista de Administração, 37(3), 19-32.

CIANCANELLI, Penny; REYES-GONZALEZ, José Antonio. Corporate governance in banking: a conceptual framework. European Financial Management Association Conference. Atenas, June 2000. Disponível em: < [P a p e r s . s r n . c o m /paper.taf?abstract_id=253714](http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=253714)>. Acesso em: 19 ago. 2019.

DINIZ, Eli. “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. pp. 385-415.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of ownership and control. Journal of Law and Economics, 26(2), 301–325, 1983.

FONSECA, J. J. S. da. Metodologia da pesquisa científica. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. IBGC. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

OECD – Organisation for Economic Co-Operation And Development. G20/OECD Principles of Corporate Governance. Turkey, 2015.

OLIVEIRA, P. H. M. de; BRESSAN, V. G. F.; BRESSAN, A. A. Existe diferença no desempenho financeiro das cooperativas centrais de crédito no Brasil? Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 2, n. 2, p. 40-54, 2014.

PAGNUSSATT, Alcenor. Guia do cooperativismo de crédito: organização, governança e políticas



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

corporativas. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

QUELHAS, F. de C. (2013). Governança Corporativa: uma análise do comportamento organizacional das cooperativas. Anais do 9º Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial”. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 11- 46.

ROSSONI, Luciano. Legitimidade, governança corporativa e desempenho: análise das empresas da BM&F Bovespa. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 53, n. 3, p. 272-289, mai./jun., 2013.

SCHULZE, E. Estrutura do poder em cooperativas. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v.22, n.59, p.49-76, jun./dez. 1987.

SILVA, T. P. da; LEITE, M.; GUSE, J. C.; GOLLO, V. Desempenho econômico financeiro das maiores cooperativas de crédito brasileiras. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014, Resende/RJ. SEGeT. Resende/RJ: AEDB, 2014. v. XI. p. 1-16.

SILVA, S. S., SOUSA, A. R., LEITE, E. T. (2011). Conflito de agência em organizações cooperativas: Um ensaio teórico. Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, 13(1), 63-76.

TEIXEIRA, M. G.; ROGLIO, K. D.; MARCON, R.; ,Institutional logics and the decision- making process of adopting corporate governance at a cooperative organization, Journal of Management & Governance, 1-29, Springer US, 2016.

VILELA, Dirley Lemos; NAGANO, Marcelo Seido; MERLO, Edgard Monforte. Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 11, n. spe2, p. 99-120, 2007.



OBSERVADR

